

**CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA - CAP
PORTO DE SANTOS
ATA DA 388ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA**

Aos vinte e sete dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezesseis, as quatorze horas e trinta minutos, na sala de reuniões da sede do Conselho de Autoridade Portuária do Porto de Santos – CAP/SANTOS, situado na Rua Augusto Severo, número sete, décimo terceiro andar, em Santos, Estado de São Paulo, realizou-se a tricentésima octogésima oitava Reunião Plenária Ordinária do Conselho de Autoridade Portuária, sob a presidência de Rossano Reolon. Estiveram presentes os **Representantes do Poder Público:** Rossano Reolon, pela SEP; Antonio de Pádua de Deus Andrade, pela Administração do Porto; C.C.(T) Rômulo de Souza Santos Junior; pela Autoridade Marítima; Laurence Casagrande Lourenço, pelo Governo Estado de SP; e, José Eduardo Lopes, pelo Município. **Os Representantes da Classe Empresarial:** José Di Bella Filho, pela ABTP; João Batista de Almeida Neto, pelo SOPESP, Martin Aron, pelos representantes dos usuários indicados pela ACS e Carlos Eduardo Bueno Magano, pela Associação de Comércio Exterior do Brasil – AEB. **Os Representantes dos Trabalhadores Portuários:** Guilherme do Amaral Távora, pela FNP. Fica registrado também, que compareceu à reunião o Sr. Virmar Guimarães Muzitano, representante dos terminais de uso privado que compartilham o canal de acesso ao porto organizado. Estiveram ausentes: Cleiton Alves dos Santos João Simões, pela Receita Federal; André Minoru Okubo, pelo VIGIAGRO; Rogério Gonçalves Lopes, pela ANVISA; Antônio Carlos Duarte Sepúlveda, pela ABTRA; Rodnei Oliveira da Silva, pela FNE; Marco Antônio Tadeu Deniz Sanchez, pela FENCCOOVIB; E Robson Apolinário, pela FNP. Os Conselheiros acima citados justificaram suas ausências através de e-mails enviados à Secretaria Executiva do CAP. Participaram ainda, como convidados, Sr. Marcio Calves, representante do CAP no Conselho de Administração da CODESP; Carlos Alberto Benincasa, Representante da Prefeitura Municipal de Cubatão; Adilson Luiz de Jesus, representante da Prefeitura do Guarujá; e, CMG Alberto José Pinheiro de Carvalho, representante da Autoridade Marítima. Não tendo quórum na primeira chamada, fica registrado que os trabalhos foram abertos em segunda chamada, com o número de Conselheiros presentes, tendo como Secretário Executivo, Jorge Leite dos Santos, e apoio dos Técnicos Portuários Thiago Rodrigues Alves e Reginaldo Brito de Lima, em seguida, o Presidente passou ao item **I – ABERTURA**, onde foi submetida aos Conselheiros a Ata da

387ª Reunião, realizada no dia 15 de dezembro de 2015, que lida e achada conforme, foi devidamente assinada pelos presentes. Em Seguida, o Presidente do CAP, Sr. Rossano Reolon, informou aos demais membros que devido à passagem de comando da Capitania dos Portos, o novo representante da Autoridade Marítima nesta Comissão, de acordo com o ofício nº 101/CPSP-MB, de 19/01/2016, será o Capitão-de-Mar-e-Guerra Alberto José **Pinheiro de Carvalho**, assim, solicitou à Secretaria do CAP que tome as devidas providências a fim de que o referido ofício seja enviado a SEP, para posterior publicação no Diário Oficial da União, para que o Capitão dos Portos possa tomar posse neste Colegiado. Para o assunto foi emitido o Ofício CAP nº 002.2016. Em seguida, os membros do Colegiado, deram as boas-vindas ao novo representante da Autoridade Marítima, desejando sucesso em sua gestão nesta Comissão. Na sequência, o novo representante da Autoridade Marítima, destacou a importância da integração entre os órgãos anuentes, agradecendo pela receptividade dos membros do Colegiado e salientou que a Marinha do Brasil continuará a disposição da comunidade portuária. Por fim, os membros da Comissão, registraram os seus agradecimentos ao CMG Ricardo Gomes, pelos serviços prestados durante sua gestão nesta Comissão, desejando sucesso em sua nova função. Relativamente ao Incêndio Ocorrido no Terminal da Localfrio, situado na margem esquerda do Porto de Santos, no dia 14/01/2016, o Presidente do CAP solicitou ao representante da Autoridade Portuária, Sr. Antônio de Pádua, informações atualizadas sobre o assunto. Com a palavra, o Sr. Antônio de Pádua, fez um breve relato dos acontecimentos, e, em seguida, passou a palavra a Superintendente da Área de Meio Ambiente da CODESP, Marcia Jovito, que realizou apresentação sobre o tema, onde destacou que o lado positivo foi a grande melhoria alcançada no sistema adotado entre as áreas da CODESP para tomada de decisões, entretanto, o lado negativo foi o desconhecimento da localização das mercadorias perigosas dentro do terminal, tendo sido observada a necessidade de se melhorar os níveis de comunicações com a população, no sentido de que tenham ciência dos riscos a que estão expostos e na melhor forma de se portarem diante de situações de emergência. Enfatizou ainda, que diante dos fatos apontados anteriormente a CODESP solicitou o agendamento de reunião no dia 21/01/2015, em sua sede, onde a proposta foi de reafirmar o compromisso da Autoridade Portuária e dos Terminais em reestruturar o seu Plano de Auxílio Mútuo - PAM de forma a garantir uma resposta efetiva nos casos de acidente no PORTO de SANTOS, havendo necessidade de que todos os órgãos que integram o PAM trabalhem juntos, agindo em sintonia, alinhando procedimentos para atingir resultados eficazes. Na sequência, relatou

que na reunião do PAM foi tratado que serão elaboradas propostas visando à alteração de sua estrutura de funcionamento e o aprimoramento dos procedimentos de prevenção e atendimento a situações de emergência na área do Porto Organizado. Destacou que os representantes do PAM são: a) CODESP; b) DEFESA CIVIL; c) CORPO DE BOMBEIROS; d) Prefeituras de SANTOS e GUARUJÁ; e) CETESB; f) IBAMA; g) CAPITANIA dos PORTOS; e, h) TERMINAIS PORTUÁRIOS. Destacou também, que o PAM visa o atendimento, de forma integrada, a ocorrências de emergência que possam acarretar danos às pessoas, ao patrimônio e ao meio ambiente, e, que suas reuniões são mensais e visam um processo evolutivo dos sistemas de segurança, através da atuação conjunta de todos os atores envolvidos. Para tornar mais eficaz o trabalho preventivo e o atendimento às emergências a proposta envolve a divisão do Porto em sete áreas: a) Alemoa; b) Saboó; c) Outeirinhos A; d) Outeirinhos B; e) Ponta da Praia; f) Ilha do Barnabé; e, g) Margem Esquerda do Estuário. Cada uma delas contará com um coordenador. A divisão das áreas foi determinada pela proximidade entre os terminais e tipo de cargas operadas, facilitando a definição das melhores estratégias para a solução de problemas decorrentes de acidentes. Em cada uma dessas áreas está prevista a realização de exercícios simulados de combate a incêndios. A reestruturação prevê, também, avaliação de desempenho dos terminais na prevenção de acidentes e auditorias para verificação dos itens de segurança. Será feita, ainda, classificação dos brigadistas em conformidade com o treinamento recebido, objetivando agilizar seu encaminhamento de acordo com cada situação de emergência. Outra medida a ser tomada é a padronização dos registros de materiais e ações, visando conhecer e controlar a quantidade exata de material e recursos humanos disponíveis para serem utilizados em situações de emergência. Dando sequência, destacou a importância do envolvimento da comunidade nos planos de emergência, onde há a necessidade de ampliar as informações para as comunidades que vivem no entorno dos terminais, prestando esclarecimentos sobre as atividades dos terminais, os riscos envolvidos e os procedimentos a serem adotados em situações de emergência. Continuou, relatando que o PAM passa por constante aprimoramento, e, através dos simulados procura-se identificar e corrigir falhas para que em situações reais as respostas sejam rápidas e eficientes. A reestruturação do Plano de Auxílio Mútuo vai revisar os protocolos de segurança, definindo planos de ação, rotas de fuga e de acesso, bem como, pontos de encontro, tanto para os trabalhadores dos terminais e órgãos de segurança, quanto para brigadistas e também população do entorno, onde há necessidade das pessoas que moram próximo às áreas portuárias saberem como

agir durante situações de risco. Em seguida, com a palavra, o Sr. Antonio Pádua, informou que no momento a área do incêndio está sob perícia, sendo que a CODESP irá enviar relatórios solicitando explicações sobre o ocorrido e a correção das não conformidades. Informou também, que se encontra em fase de aprovação novas orientações sobre segurança a serem implementadas através de instrumento normativo que será baixado pela Autoridade Portuária. Enquanto isso, a Coordenação do Órgão atua no planejamento dos simulados previstos e nas avaliações de desempenho. Ao final, o Conselho agradeceu ao Representante da Autoridade Portuária neste Colegiado, e, a Superintendente de Meio Ambiente da CODESP pelas informações prestadas. Em seguida, ocorreram vários debates sobre o sinistro, e, diante da importância do assunto, o Presidente do Colegiado solicitou que o tema seja pautado para próxima reunião, a fim de que a CODESP atualize as informações sobre o andamento das providências adotadas com relação ao incêndio ocorrido no Terminal da LOCALFRIO. Por fim, o Conselho solicitou que o CD contendo a referida apresentação fique anexada a Ata. Dando sequência a pauta do dia, o Presidente passou ao item **II – ORDEM DO DIA**: Os assuntos apreciados receberam as seguintes manifestações: **II.01 - GRUPO de TRABALHO – SUSTENTABILIDADE** (Relator: José Eduardo Lopes). Apresentação do Relatório da reunião realizada no dia 14/01/2016. O Relator do Tema, Sr. Eduardo Lopes, fez um breve relato sobre os assuntos contidos no 001º Relatório de 21/01/2016, destacando os seguintes temas: **1) Acessos terrestres ao Porto de Santos, sob o ponto de vista relativo às questões de meio ambiente e sustentabilidade, especificamente quanto ao assunto sobre Convênio entre União, Estado e Município.** Relativamente ao tema, o Relator informou que a questão foi discutida na reunião 491º do Conselho de Administração da CODESP, realizada no dia 26/11/2015, sendo que para o assunto foi gerada a Súmula CONSAD nº 114.2015, por meio da qual solicitou que a Auditoria Interna da CODESP encaminhe Relatório sobre o assunto para a Diretoria Executiva da CODESP, a fim de que a mesma oficie a Prefeitura Municipal de Santos - PMS quanto à necessidade de sua manifestação sobre o tema, enfatizou ainda, que as tratativas caminhavam, desde o início, no sentido da completa remodelação do atual viaduto da Almoa, porém, após o incêndio ocorrido no Terminal da ULTRACARGO, a CODESP descontinuou temporariamente as conversações com a SLT/Dersa, retomando algum tempo depois para solicitar uma nova alternativa para entrada do porto, no que foi atendida, conforme mostra o ofício SLT s/nº da Secretaria de Logística e Transportes, datado de 04.09.2015, ou seja, em data bem próxima a da reunião do CONSAD em questão. Em

seguida, o Conselheiro Laurence Casagrande Lourenço, representante do Governo do Estado, esclareceu que com relação às obras de novos acessos terrestres ao Porto e a cidade de Santos, o convênio para as referidas obras foi estabelecido pelo Governo do Estado com a CODESP, sendo que a União e a Secretaria de Portos são apenas intervenientes e destacou a realização de reuniões com a diretoria da CODESP que estão resultando na evolução do escopo do projeto. Por fim, citou que, embora o projeto esteja sendo custeado com recursos federais e estaduais, parte das obras serão implantadas pela Prefeitura de Santos; **2) Licenciamento Ambiental do Porto de Santos e seus Terminais, face ao Decreto nº 8.437, de 22/04/2015, especificamente quanto ao atual estágio do Licenciamento Ambiental e Regularização do Porto.** Foi comunicado pelo representante do IBAMA naquela reunião, que com referência ao Licenciamento Ambiental e Regularização do Porto, a CODESP apresentou no mês de dezembro/15 o Relatório já com as devidas complementações solicitadas pela área técnica do IBAMA, e, no momento os técnicos da CODESP lotados na área ambiental estão elaborando a resposta ao Parecer emitido pelo IBAMA, sendo que a previsão é de que a referida resposta seja protocolada até a primeira quinzena de fevereiro, onde serão apresentados quais os programas ambientais prioritários e o cronograma para a implantação dos prioritários e não prioritários, sendo que no mês de março os programas prioritários serão apresentados em Projeto Executivo. Informou ainda que de acordo com o novo decreto o IBAMA irá licenciar o Porto de Santos, e os Terminais BTP, EMBRAPORT, SANTOS BRASIL E LIBRA, enquanto que a CETESB ficará responsável pelo licenciamento dos demais terminais. O representante da CETESB relatou naquela reunião que foram superadas algumas questões internas e que o processo de licenciamento e fiscalização dos terminais portuários já tem algumas diretrizes fixadas, como, por exemplo, a de que para os novos empreendimentos serão exigidos LI e LO, sendo que para os já existentes serão exigidos apenas LO. As referidas licenças serão renovadas a cada quatro anos; e, **3) Assuntos gerais.** O Conselheiro Eduardo Lopes relatou que foram discutidos no Grupo os fatos que ocasionaram a Interdição dos trabalhos na empresa Caramuru, onde o representante da CETESB fez um breve relato, destacando que a referida interdição ocorreu de forma aleatória, devido à empresa não ter atendido a vários ajustes nas fontes causadoras de poluição, requeridos através de intimações que datam desde o ano de 2011. Em seguida, o Conselheiro José Di Bella relatou que a interdição à empresa CARAMURU teve um foco correto, no sentido do controle da emissão de poluentes, com um agente incorreto, uma vez que o referido operador portuário não tem a prerrogativa de alterar

o equipamento emissor de poluentes, que nesse caso específico é um equipamento que está sendo passado para o licitante vencedor, impossibilitando assim a empresa CARAMURU de atender as exigências da CETESB. Por fim, registrou o seu entendimento de que a CETESB não tem parâmetros e normas para o licenciamento ambiental de terminais de graneis sólidos, enfatizando que este fato se torna um grande risco. Por fim, o Conselheiro Eduardo Lopes, informou que o processo que gerou a interdição da CARAMURU foi iniciado no ano de 2011, sendo que a referida empresa teve tempo para apresentar sua defesa, destacando a importância do planejamento de ações de curto, médio e longo prazo citando um terminal que apresentou um plano de ação junto a CETESB. **Outro assunto discutido** foi sobre o incêndio ocorrido no terminal da LOCALFRIO S/A., situado na margem esquerda do Porto de Santos, no dia 14/01/2015, o Relator do GT-Sustentabilidade, Eduardo Lopes, frisou que o tema já foi debatido no item “Abertura” da pauta desta reunião, sendo que registra a sua discordância do relatado pela Superintendente da área de Meio ambiente da CODESP, sobre a constatação de que houve melhoria no combate ao incêndio ocorrido na LOCALFRIO, em comparação com o ocorrido na ULTRACARGO (TEQUIMAR), ressaltando que há diferentes níveis de brigadistas entre os terminais do Porto de Santos, sendo que apenas alguns estão realmente preparados para o combate a sinistros e externou sua preocupação com as instalações portuárias localizadas fora da área do porto organizado de Santos, destacando que a questão deve ser tratada de forma global. Concluindo, o Conselheiro Eduardo Lopes, propôs, em nome do GT Sustentabilidade, o envio de uma carta à Autoridade Portuária sugerindo que seja iniciado um estudo voltado ao Mapeamento, prevenção, gerenciamento e mitigação de riscos, assim como gestão de sinistros e de seus efeitos no ambiente portuário. Colocada em votação, a proposta foi aprovada por unanimidade, sendo que para o assunto foi expedida a carta CAP/003.2016. Com a palavra, o Sr. Carlos Alberto Benincasa, representante da Prefeitura de Cubatão, sugeriu que seja incluído um representante da Prefeitura de Cubatão no protocolo de comunicação de sinistros do PAM. Colocada em votação, a proposta foi aprovada por unanimidade, sendo que para o assunto foi expedida a carta CAP/004.2016. Na sequência, o Conselheiro José Di Bella informou que o incêndio ocorrido na LOCALFRIO foi um dos temas discutidos na reunião da delegacia regional da ABTP, ocasião em que foi destacada a importância dos terminais estarem devidamente equipados com os instrumentos mais eficazes e com o pessoal qualificado, e parabenizou a Diretoria da CODESP pelo rápido diagnóstico e reavaliação do PAM. Por fim, o Conselheiro Eduardo Lopes, informou que foram definidos os

temas que serão discutidos pelo GT-Sustentabilidade no ano de 2016, a saber: a) Licenciamento Ambiental do Porto de Santos e dos Terminais; e, b) Mapeamento, prevenção, gerenciamento e mitigação de riscos, assim como gestão de sinistros e de seus efeitos no ambiente portuário. Em seguida, o Colegiado registra que tomou conhecimento e acolhe o conteúdo do referido Relatório. Por fim, fica registrado que o CD contendo o relatório na íntegra apresentado pelo Relator do GT-Sustentabilidade ficará anexo à Ata.

II.02 – Apresentação do Cronograma das atividades sobre o Estudo e pesquisa de obras para otimização morfológica, náutica e logística do canal de acesso do Porto de Santos, a ser realizado pela Universidade de São Paulo – USP, Fundação Centro Tecnológico de Hidráulica – FCTH e a Fundação para o Desenvolvimento Tecnológico da Engenharia – FDTE. Com a palavra, o Diretor de Engenharia da CODESP e Conselheiro deste Colegiado, Sr. Antônio de Pádua, iniciou sua explanação destacando o comprometimento da atual diretoria da Autoridade Portuária, que se encontra unida em prol do bom funcionamento do Porto de Santos, bem como, na manutenção das conquistas de recordes de movimentação de cargas. Prosseguindo, enfatizou que a diretoria está constantemente realizando reuniões, com a intenção de sempre deliberar sobre as principais questões relacionadas ao Porto, tais como: dragagem, Terminal Pesqueiro de Laguna, definição de novos acessos ao Porto de Santos. Finalizando, o Sr. Antônio Pádua, destacou o sucesso que a atual diretoria obteve na implantação do novo turno de 6 horas, que, mesmo após resistências internas, resultou na diminuição do número de horas extras. Na sequência, o Diretor de Engenharia da CODESP, realizou apresentação contendo o cronograma das atividades sobre o Estudo e Pesquisa de Obras para otimização morfológica, Náutica e logística do canal de acesso do Porto de Santos, enfatizando que o estudo prevê a elaboração de modelos matemáticos e físicos de todo o Porto de Santos. Informou ainda, que após entendimentos com a USP, ficou definido que será criado um modelo físico reduzido do Porto de Santos e de seu estuário, cuja estrutura será construída em uma das oficinas da CODESP, sendo que o principal objetivo é que ela se torne o embrião de um futuro centro de pesquisas permanentes sobre o cais santista. No local será possível reproduzir as características hidrodinâmicas do estuário, como a oscilação da maré e o movimento das ondas, o que permitirá estudar os efeitos do aprofundamento do canal de navegação e seu assoreamento. Enfatizou também, que a decisão de fazer o laboratório em Santos, nas instalações da CODESP, é um legado que vai ficar para Baixada Santista, pois no futuro a Autoridade Portuária pretende fazer parcerias com as Universidades e Escolas Técnicas da região. Por

fim, registrou que a referida contratação tem por objetivo atender a ação ajuizada pelo Ministério Público Federal contra a CODESP, devido à erosão registrada nas praias às margens do canal de navegação. Após apresentação, o Presidente do Colegiado, Rossano Reolon, solicitou que o representante da Autoridade Portuária, Sr. Antônio de Pádua, apresente na próxima reunião, a evolução do tema, bem como, os possíveis impactos ambientais e econômicos da eventual redução da largura do canal do porto de Santos, de 220 para 170 metros, a fim de que os mesmos sejam pautados para serem discutidos na reunião a ser realizada no mês de março. Na ocasião, também deverá ser debatida a compatibilização do projeto gerenciado pela SEP com o gerenciado pela CODESP. Na sequência, o Conselheiro José Di Bella, fazendo uso da palavra, afirmou que a redução da largura do canal do Porto de Santos, de 220 metros para 170 metros, seria um assunto de vital importância devido aos seus impactos em todos os arrendatários do porto e questionou o motivo dessa eventual redução. Em resposta, o Conselheiro Antônio de Pádua, informou que a referida redução não está confirmada, sendo apenas um estudo prévio que posteriormente será analisado tecnicamente. A seguir, o Conselheiro Rômulo de Souza Santos Júnior, representante da Autoridade Marítima, informou que o estudo da redução da largura do canal é uma demanda do Ministério Público à CODESP, que deverá estudar também seus impactos econômicos e ambientais. Novamente com a palavra, o Conselheiro José Di Bella perguntou ao representante da Autoridade Portuária, como o projeto gerenciado pela CODESP será integrado com o projeto a ser gerenciado pela SEP. O Conselheiro Antônio de Pádua respondeu que os projetos serão compatibilizados no momento oportuno. O Presidente do Colegiado enfatizou que os assuntos relativos ao tema serão pautados na reunião deste Colegiado a ser realizada no mês de março. Ao final, o Conselho agradeceu o Representante da Autoridade Portuária neste Colegiado, pelas informações prestadas e solicita que o CD contendo a apresentação do tema fique anexo à Ata. A seguir, o Presidente passou ao item **III - ASSUNTOS GERAIS**: Os assuntos foram apreciados e receberam as seguintes manifestações: **II.01** - Informações sobre o Plano Safra/2016. Compareceu à reunião, o Sr. Osvaldo Freitas Vale Barbosa, Superintendente de Operação Portuária da CODESP, onde informou que com referência ao assunto será realizado no mês de fevereiro Fórum sobre o Plano Safra/2016, cujo objetivo é a integração e a divulgação das providências que estão sendo adotadas com relação a operação Safra/2016. Dando sequência, relatou que a programação do Fórum já foi encaminhada à SEP, sendo que em breve os participantes irão receber o convite formal do evento, que irá

ocorrer no próximo dia 17 de fevereiro no auditório da CONCAIS, salientou ainda, que foi sugerido que o Exmo. Sr. Ministro Hélder Barbalho visite os prefeitos da região e o governador do Estado, visando a integração das prefeituras e do governo estadual na operação Safra/2016. Por fim, ressaltou que o relatório contendo o balanço da operação Safra/2015 está sendo concluído, e posteriormente será apresentado neste CAP. Em seguida, o Presidente do Colegiado perguntou ao Sr. Osvaldo Freitas qual a previsão do início da operação do sistema PORTOLOG, com a palavra, o Superintendente respondeu que a previsão é que se inicie no mês de julho, sendo que no momento alguns terminais já estão realizando treinamentos em paralelo com o SGTC, que só irá ser paralisado após o pleno funcionamento do PORTOLOG. A seguir, o Conselheiro Laurence Casagrande destacou e parabenizou a SEP e a CODESP pelas ações de ordenamento do tráfego relacionado ao Porto de Santos, implantadas notadamente após os congestionamentos ocorridos em 2013, e, salientou a necessidade de novos investimentos em pátios de caminhões e em um novo acesso ao Porto de Santos. Por fim, frisou ainda que este Colegiado deva solicitar que a ANTT estimule o transporte de contêineres por meio do modal ferroviário. O Conselheiro José Di Bella, fazendo uso da palavra, informou que as concessionárias ferroviárias que possuem acesso ao Porto de Santos (MRS, VLI e RUMO) formaram um grupo de trabalho para equacionar os gargalos ferroviários da Baixada Santista, sendo que a meta é que ocorra um crescimento de 3,4 milhões de toneladas a serem movimentadas no modal ferroviário do Porto, e, concluindo sua explanação, destacou a importância da integração do modal ferroviário nos projetos de novos acessos ao Porto, bem como, sua integração com os terminais e apoio por parte deste Colegiado nas questões relativas à ferrovia. Na sequência, o Conselheiro Antônio de Pádua agradeceu a contribuição e atenção de todos os presentes, e comunicou que a diretoria da Autoridade Portuária tem como objetivo a busca da melhoria contínua por meio de uma gestão técnica e focada no alcance das melhores alternativas para o Porto de Santos. Ao final, a Comissão agradeceu o Sr. Osvaldo Freitas Vale Barbosa, Superintendente de Operação Portuária da CODESP, pelas informações prestadas. **II.02** - Informações sobre o Sistema Porto Sem Papel. O Presidente do CAP passou a palavra aos Srs. Osvaldo Freitas Vale Barbosa, Superintendente de Operação Portuária da CODESP, e, Paschoal Rodrigues, Superintendente de Tecnologia da Informação da Autoridade Portuária, onde informaram que a CODESP está acompanhando e cobrando do SERPRO celeridade nos chamados relacionados ao PSP, enfatizando que em reunião com a SEP, foi informado que no contrato

que trata do Porto Sem Papel, celebrado entre àquela Secretaria e o SERPRO, existe um acordo de nível de serviço que, nos casos críticos o SERPRO deverá restabelecer o sistema em até 1 (uma) hora. Em seguida, complementaram relatando que representantes da SERPRO estiveram presentes no Porto de Santos, onde foi elaborado um novo contrato garantindo níveis de serviço e monitoramento na qualidade de atendimento do SERPRO e no tempo de resposta aos chamados abertos pela CODESP. Na sequência, enfatizaram que a Autoridade Portuária monitora 24 horas por dia o funcionamento do sistema PSP, e, destacou a importância do pleno funcionamento do referido sistema. Em seguida, foi informado também, que a Autoridade Portuária está realizando reuniões internas para solucionar os problemas referentes ao PSP, e, espera que os resultados ocorram em um curto espaço de tempo. Ao final, a Comissão agradeceu aos Superintendentes pelas informações prestadas. Em seguida, diante do exposto, o Conselheiro João Batista de Almeida Neto, sugeriu que as informações sobre o tema fossem passadas para conhecimento do SINDAMAR, uma vez que o referido sindicato é o grande recebedor de reclamações quando há problemas no sistema Porto Sem Papel. Com a palavra, o Presidente do Colegiado informou que foi comunicado pelo Secretário Executivo do CAP, que o assunto também foi apreciado na reunião da Comissão Local das Autoridades no Porto – CLAPS, onde o SINDAMAR fez vários questionamentos a respeito dos problemas ocasionados quando ocorre a instabilidade no sistema Porto Sem Papel, solicitando as devidas providências, sendo que o Coordenador daquela Comissão, e, também Presidente da CODESP, Sr. Alex Oliva, solicitou aos membros da CLAPS envolvidos no tema que prestassem os devidos esclarecimentos ao SINDAMAR, assim, os representantes da ANVISA e Autoridade Portuária já se pronunciaram através de ofício, respondendo os questionamentos do SINDAMAR. Diante da referida informação, o Presidente do Colegiado solicitou à Secretaria do CAP que pautasse cópia dos referidos ofícios na próxima reunião.

III.03 - Informações dos componentes do CONSAD indicados pelo CAP. O Sr. Marcio Calves, representante do CAP no Conselho de Administração da CODESP, fez um breve relato dos itens discutidos na 492ª reunião do CONSAD, destacando os seguintes assuntos:

a) PREGÃO ELETRÔNICO PARA A CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE DRAGAGEM DE MANUTENÇÃO DOS BERÇOS DE ATRACAÇÃO DO PORTO DE SANTOS. O Pregão Eletrônico nº 47/2015 foi revogado devido ao Consórcio formado pelas empresas EEL e DRATEC Engenharia Ltda. ter apresentado equipamentos inadequados para a realização dos serviços, e preço superior ao da CODESP. A empresa GREAT LAKES foi

desclassificada por apresentar preço superior ao da CODESP. A empresa Van Oord foi desclassificada por não apresentar documentação. A realização de novo Pregão Eletrônico nas mesmas condições do anterior, foi autorizado na DIREXE nº 438.2015 e o assunto esta pautado na reunião de hoje para homologação do CONSAD; b) **DRAGAGEM DE MANUTENÇÃO DO TRECHO 1 DO CANAL DE ACESSO AO PORTO DE SANTOS – CONTRATO DP/24.2015, CELEBRADO COM A EMPRESA VAN OORD SERVIÇOS DE OPERAÇÕES MARITIMAS LTDA..** Será agendada pela Capitania dos Portos de São Paulo reunião específica para análise e manifestação referente à manutenção do calado operacional do Trecho 1 do canal da Barra, considerando a batimetria já protocolada; c) **DRAGAGEM DE MANUTENÇÃO DOS TRECHOS 2, 3 e 4 DO CANAL DE ACESSO E DOS ACESSOS AOS BERÇOS DE ATRACAÇÃO DOS TRECHOS 2, 3 e 4 – CONTRATO DP/42.2014, CELEBRADO COM A EMPRESA VAN OORD SERVIÇOS DE OPERAÇÕES MARITIMAS LTDA.** A Capitania dos Portos de São Paulo estabeleceu o calado operacional dos trechos 2, 3 e 4 em 13,20 metros; d) **DRAGAGEM DE READEQUAÇÃO DO CANAL DE ACESSO AO PORTO DE SANTOS SOB A RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA DE PORTOS/PR.** O membro do Conselho de Administração da CODESP, Rodrigo Mendes de Mendes, informou que a SEP está aguardando a decisão jurídica sobre a licitação para que antes do início do recesso judicial possa ser dada continuidade aos devidos procedimentos, caso contrário, será necessário aguardar até fevereiro de 2016. e) Foi aprovada a autorização para a abertura de processo licitatório na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, objetivando a contratação de empresa para a prestação de serviços de dragagem de manutenção dos berços de atracação do Porto de Santos. Participaram do certame 6 empresas conforme relação a seguir: 1) EEL INFRAESTRURA Ltda. 2) Empresa DRATEC; 3) Empresa DTA; 4) Empresa METROPOLITANA; 5) Empresa GREAT LAKES; e, 6) Empresa VAN OORD. Atualmente encontra-se em análise a proposta da EEL; f) Foi aprovada, a autorização para contratação por dispensa de licitação, da **UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – USP, FUNDAÇÃO CENTRO TECNOLÓGICO DE HIDRÁULICA – FCTH e a FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA ENGENHARIA – FDTE**, objetivando o desenvolvimento do projeto de P&D intitulado “Estudo e pesquisa de obras para otimização morfológica, náutica e logística do canal de acesso do Porto de Santos. Na sequência, o Presidente passou ao item **IV – OUTROS ASSUNTOS**. O Conselheiro José Di bella solicitou que a Secretaria do CAP convoque reunião da Comissão de Agenda Temática – CAT, onde será apreciada a Revisão dos temas a serem apreciados em 2016 e

prioridades. Da mesma forma, o Conselheiro João Almeida Neto, solicitou agendamento de reunião do GT-Qualificação do Trabalhador Portuário, a fim de debater sobre a criação do Fórum Permanente do Trabalhador Portuário do Porto de Santos. Relativamente à solicitação do IBAMA em participar como convidado das reuniões deste Colegiado, o Conselho deliberou em convocar o representante do IBAMA somente quando for pautado assunto específico daquele órgão. Não havendo outras manifestações o Presidente passou ao item **V – ENCERRAMENTO**, onde o Presidente do CAP fixou a data da próxima reunião ordinária para o dia 24 de fevereiro de 2016, às 14h00min, em Santos, determinando a lavratura da presente Ata.

Rossano Reolon
PRESIDENTE

Antônio de Pádua
CONSELHEIRO

Rômulo de Souza Santos Junior
CONSELHEIRO

Laurence Casagrande Lourenço
CONSELHEIRO

José Eduardo Lopes
CONSELHEIRO

José Di Bella Filho
CONSELHEIRO

João Batista de Almeida Neto
CONSELHEIRO

Martin Aron
CONSELHEIRO

Guilherme do Amaral Távora
CONSELHEIRO

Jorge Leite dos Santos
SECRETARIO EXECUTIVO